GOVERNO DE SANTA CATARINA

# Secretariade Estado da Saúde

Comissão Intergestores Bipartite

# DELIBERAÇÃO 00X/CIB/2023

Considerando a necessidade de adoção de estratégia para diminuição de demandas eletivas cirúrgicas;

Considerando que cabe às instâncias gestoras do SUS proporcionar o acesso da população aos serviços de saúde, respeitando também o equilíbrio financeiro dos contratos firmados com as instituições de saúde parceiras na consecução dos serviços SUS;

Considerando o número de procedimentos com maior tempo em fila de espera nas Centrais de Regulação Macrorregionais do Estado;

Considerando o recurso oriundo da Lei Estadual nº 16.968, de 19 de julho de 2016, que instituiu o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (CEPON) e aos Hospitais Municipais **no valor de R$ 4.411.000,00**;

Considerando a Portaria Ministerial PT nº 090/2023 definindo para o Estado de Santa Catarina R$ 20.640.973,81 para realização de mutirão federal;

Considerando a Portaria Ministerial nº 237/2023 que define o rol de procedimentos para que cada Estado da federação faça uma programação de execução das filas cirurgicas;

Considerando a Deliberação CIB nº 016/2023 que aprova a realização de mutirão federal no Estado de Santa Catarina;

Considerando a possibilidade de alocação de recurso de fonte estadual para minimizar a fila de espera de procedimentos cirurgicos eletivos.

# RESOLVE

Aprovar a realização de **Política Estadual de Cirurgias Eletivas**, a desenvolver-se no Estado de Santa Catarina no período de XXXXXXXXXXXXX.

# 1 – PLANEJAMENTO

# 1.1 - GRUPOS CONTEMPLADOS E VALORES

**Art. 01º** - A Política Estadual está dividida em 10 Grupos:

I - Cirurgias Múltiplas;

II - Cirurgias Gerais;

III - Cirurgia sem Ginecologia;

IV - Cirurgias em Urologia/Nefrologia;

 V - Cirurgias em Ortopedia;

VI - Cirurgias em Oftalmologia;

VII - Cirurgias em Otorrinolaringologia/cabeça e pescoço;

VIII - Cirurgias Vasculares;

IX - Cirurgias Bucomaxilofaciais;

X - Cirurgias em Neurologia;

XI – Procedimentos de Tratamento;

**Revisar.....**

**Art. 02º** - Os valores previstos para a realização das cirurgias constituem-se do valor da Tabela SUS, constante no SIGTAP, de incremento estadual como prêmio e pacote de consulta e exames pré e pós operatório.

**Deixar claro que no prêmio está incluído o valor do pré-operatório, definir o que deve ser custeado para o pré, consulta anestésica, eletrocardiograma, patologia clínica?**

**Art. 03º** - A divisão da produção, prêmio e pacote ambulatorial ressarcidos nesta Política segue a mesma proporção do faturamento da tabela SIGTAP (valor para prestador e profissional), outro tipo de distribuição do valor fica a critério do gestor/prestador/profissional;

**Art. 04º** - O valor definido no pacote ambulatorial para exames pré e pós operatorio são todos os exames de diagnóstico do grupo da tabela SIGTAP 02 – Procedimento com Finalidade Diagnóstica de média e alta complexidade;

**Avaliar....**

**Art. 05º** - Os valores dos prêmios representam um incentivo pela adesão a Política Estadual de Cirurgias Eletivas, dentro da lógica de proporcionar a diminuição de filas e de demandas represadas e foram calculados levando e em conta a complexidade de cada procedimento, com base na estimativa de tempo de realização de cada procedimento. A partir da competência outubro/2021,o município que aderiu a Política através do Termo de Adesão e cumpriu a sua meta, terá pagamento de prêmio e pacote ambulatorial no Encontro de Contas para a produção realizada na meta cumprida e também para o realizado com faixa PPI posterior o cumprimento da programação desta Política. Esse pagamento será realizado para os procedimentos de caráter eletivo de Média e faturados com faixa PPI e que estão contemplados no Anexo I;

**Precisa desse parágrafo?...**

**Art. 06º -** Os valores do incremento do pacote ambulatorial foram definidos de acordo com a especialidade do procedimento em 06 faixas de R$ 150,00, R$ 200,00, R$ 250,00, R$ 300,00, R$ 400,00 e R$ 500,00, sendo obrigatório a realização do pré operatório e pós operatório pelo serviço que realizar o procedimento cirurgico.

**Art. 07º** - Os prêmios foram estipulados em 04 faixas, de R$ 300,00, R$ 400,00, R$ 500,00 e de R$ 600,00, conforme Anexo I, sendo na análise financeira dos mesmos, se traduzem compensatórios entre cada procedimento, em cada grupo.

**Art. 08º** - Os procedimentos 04080500063; 0408040092; 0408050160; 048010142; 0403020123; 0408050896; 0407020187 possuem o incentivo diferenciado pelo grande número de pacientes em fila de espera;

 **Art. 09º** - Os procedimentos 409070270 e 409010499 tem o prêmio também diferenciado para visar o custeio da prótese implantável;

**Art. 10º** - Para cada Lâmina de Shaver utilizada na realização de procedimentos constantes no rol de procedimentos da Política Estadual de Cirurgias Eletivas paga-se R$ 250,00.

**Parágrafo Único** - Os municípios que possuem a gestão dos serviços deverão encaminhar através de ofício a GMAPS/SES, até o mês subseqüente do atendimento, as AIHs que demonstrem a utilização da Lâmina de Shaver;

**Art. 11º** - Os tratamentos esclerosantes, as confecções, intervenções e ligaduras de fístula e os implantes e retiradas de cateter tipo Tenckhoffou similar, apesar de possuírem financiamento FAEC estão na Campanha Estadual para estimular série histórica considerando futura incorporação ao teto MAC e possuem pagamento de incentivo conforme definido do Anexo I;

**Parágrafo Único** - Nos tratamentos esclerosantes, serão ressarcidos o prêmio e o incremento do pré operatório. Nas confecções, intervenções e ligaduras de fístula e nos implantes e retiradas de cateter tipo Tenckhoffou similar serão ressarcidos somente o prêmio;

**Art. 12° -** O procedimento 0303040203 – Tratamento de Doenças Neuro-degenerativas está também incorporado à esta Política Estadual.

**Art. 13º** - Para o procedimento de Cirurgias Múltiplas, o procedimento principal deverá estar incluso no rol de procedimentos elegíveis da referida Campanha;

**Art. 14º** - Esta Deliberação tem como parte integrante o Anexo I com o Rol de Procedimentos Elegíveis para a Política Estadual de Cirurgias Eletivas para ser executado no período aprovado com o valor de cada Grupo/Procedimento, profissional e prestador e seu incentivo correspondente;

 **Art. 15º** - No Anexo II está definida a Meta a ser Atingida como produção PPI para que então comece a ser emitidas as faixas de Campanha. A Meta corresponde a 80% da média de produção do ano de 2022, correspondente aos procedimentos do Anexo I, Tipo de Financiamento MAC e Carater de Atendimento ELETIVO;

**A Meta será por subgrupo ou procedimento?**

**Art. 16º** - Neste mesmo Anexo II, está também a Meta ser atingida e será monitorada pelo Ministério da Saúde, referente a Deliberação CIB nº 016/2023 da programação Ministerial da Portaria nº 090/23, para que o excedente seja financiado pelo FAEC, conforme critérios do artigo 3º da portaria supracitada;

**Vai ser elaborado para a regulação um Termo com esses dados de cota e quantitativos para facilitar a emissão das faixas?**

**Vai ter Termo de Adesão a Campanha?**

**Vai ser faturado como Campanha quem se programar pelo Termo de Adesão?**

**Vai ser emitido faixa de campanha até o limite do Termo de Adesão? Ou cumpriu a meta o restante é faturado como faixa federal? Pois o pactuado da Deliberação CIB nº 016/23 será custeado pelo FNS e o restante dessa Deliberação custeado como campanha Estadual mesmo com faixa federal e aí precisaria apenas de duas faixas, PPI e federal?**

# 1.2 – ENTES ENVOLVIDOS E RESPONSABILIDADES

**Art.17º** - Caberá em uma ação paralela entre o gestor municipal e estadual, prestadores e CIRs a identificação das demandas reprimidas, capacidade instalada dos prestadores e a necessidade imediata ou de médio e longo prazo que se apresenta para buscar atreavés de pactuação regionalizada a concretização da diminuição e eliminação das filas cirurgicas;

**Paragrafo Único**: O sucesso para redução das filas cirúrgicas dependerá do comprometimento desses entes no processo de consolidação da política de redução de filas;

**Está escrito, mas nunca se fez com esse critério e participação regional**?

**Art.18º** - Cabe ao setor de Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde:

 **Paragrafo Primeiro**: fazer as avaliações periódicas da execução da Campanha e apresentar nos fóruns técnicos e deliberativo do Estado dados com o objetivo de avaliar o planejamento atual;

**Paragrafo Segundo**: elaboração do Termo de Adesão a Campanha e informe a CIB mensalmente das adesões para conhecimento e transparência a Política;

**Paragrafo Terceiro**: realizar os Encontros de Contas mensalmente por meio da produção aprovada pelo DATASUS, assim que as bases de dados mensais estiverem à disposição para tabulação no mês de processamento. A Gerência de Monitoramento Avaliação e Processamento em Saúde - GMAPS fará os relatórios de pagamento e encaminhará para a Gerência de Orçamento-GEROR para consolidar o pagamento a Gestão Municipal e apresentará na Câmara Técnica de Gestão ou CIB o Encontro de Contas da duas Gestões Estadual e Municipal do referido mês;

**Paragrafo Quarto**: para os prestadores de serviço sob Gestão Estadual serão pagos dentro do contrato vigente sempre na lógica de pagamento por produção de acordo com a data do processamento;

**Paragrafo Quinto**: disponibilizar no Portal da SES, link <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/media-e-alta-complexidade/cirurgias-eletivas>, material referente aos Termos de Adesão e Encontro de Contas, que deve apresentar os dados como:

 - Tipo do registro do Procedimento – APAC, AIH estadual

 - Faixa processada – Numeração da faixa APAC, BPA-I e AIH estadual

 - Procedimento faturado – código SIGTAP

 - Complexidade do procedimento MAC

 - Município de atendimento

 - Prestador executante

 - Quantidade por procedimento faturado no mês

 - Valor por procedimento faturado no mês

 - Valores gerados para cada critério de pagamento

**Art.19º** - Cabe ao setor de Regulação da Secretaria de Estado da Saúde:

 **Paragrafo Primeiro**: mensalmente trazer ao conhecimento da CIB a execução das filas por especialidade para que se possa avaliar se o planejamento realizado está cumprindo seu objetivo;

**Paragrafo Segundo**: diante da programação de cada hospital, cota PPI, Cota Federal e Cota da Campanha Estadual, caberá a regulação estadual a emissão das faixas respectivas a cada uma dessas programações, lembrando que o Encontro de Contas levará em conta os critérios para ressarcimento e não somente a faixa emitida;

**Paragrafo Terceiro**: a abertura de agenda e informações disponibilizadas no Drive devem respeitar o tempo necessário para que cada município busque seu paciente em tempo hábil a data de agendamento;

**Paragrafo Quarto**: fazer os encaminhamentos e as autorizações para os atendimentos cirúrgicos hospitalares de acordo com a fila de espera da Macrorregião de Saúde e a oferta dos prestadores mais próximo possível da residência do paciente;

**Art.20º** - Cabe aos municípios:

 **Paragrafo Primeiro**: avaliar periódicas da execução da Campanha e apresentar em CIR e nos fóruns técnicos e deliberativo do Estado informações se a execução da Campanha segue como o planejado ou não, as informações vindas da ponta ou execução são muito importantes para tomada de decisão e mudanças no planejamento;

**Paragrafo Segundo**: fomentar nos seus contratos de prestação de serviço a execução da programação préviamente pactuada, seguir os padrões de contratualização;

**Paragrafo Terceiro**: realizar a depuração das suas filas para que não ocorra o absenteismo, situação que prejudica a execução da política e inside sobre valores e também no planejamento, pois as filas na Regulação podem estar mostrando uma necessidade da qual não é a realidade;

**Paragrafo Quarto**: manter o contato dos seus pacientes atualizados para quando necessário em tempo hábil contactá-lo para não perder o agendamento cirurgico;

**Paragrafo Quinto**: assim que receber o repasse do Encontro de Contas pelo Fundo Estadual de Saúde e produção FAEC pelo Fundo Nacional e de Saúde, fazer o pagamento o mais breve possível ao prestador de serviço;

**Paragrafo Sexto**: fazer os encaminhamentos e as autorizações para os atendimentos cirúrgicos ambulatoriais em oftalmologia de acordo com a fila de espera da Macrorregião de Saúde e a oferta dos prestadores mais próximo possível da residência do paciente;

**Paragrafo Sétimo**: os valores definidos e repassados por esta Deliberação estão em certos casos acima das tabelas privadas e portanto, não é sugerido a complementação de valores via Consórcio ou de outra forma;

**Art.21º** - Cabe aos prestadores de serviço:

 **Paragrafo Primeiro**: O prestador interessado deverá proporcionar, para realização das cirurgias da Política Estadual de Cirurgias Eletivas, o acesso mediante a disponibilização de consultas especializadas e exames pré e pós operatórias, necessários à triagem e acompanhamento dos usuários do SUS de sua referência;

**Se os Consórcios ou outros prestadores serão participantes desse processo é preciso rever esse artigo**?

**Paragrafo Segundo**: a adesão a Campanha não deve prejudicar a execução das demais Metas quantitativas e qualitativas já definidas em contrato e Termos de Compromisso;

**Paragrafo Terceiro**: assim que receber do gestor o repasse referente a execução da Campanha, o prestador deverá prontamente repassar a parte destinada a equipe profissional;

**Paragrafo Quarto**: caso o prestador venha a ter algum problema de execução da programação pactuada, avisar préviamente a CIR a situação em questão;

**Paragrafo Quinto**: a Política da Campanha Estadual define valores que em certos casos está acima das tabelas privadas e portanto, não é permitido qualquer cobrança solicitada aos municípios ou paciente que seja além dos valores já repassados e garantidos por esta Deliberação;

# 2 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO

**Art. 22º** - munido da Meta PPI, Meta Federal e quantidade a ser realizada como campanha estadual, cada gestor deverá fomentar no Plano Operativo do seu prestador a programação pactuada;

**Art. 23º** - cada gestor é responsável pela manutenção e atualização do Cadastro das sua Unidades, assim como adequar a sua Ficha de Programação Orçamentária – FPO conforme os procedimentos e quantitativos a serem realizados;

**Art. 24º** - caberá a cada gestor também disponibilizar a agenda dessa pactuação para que os municípios possam ter acesso aos serviços a serem oferecidos;

**Art. 25º** - Para o faturamento dos procedimentos elencados no Anexo I, existirá faixas de AIH, APAC e BPA-I para faturamento dos procedimentos da Campanha Estadual, a emissão dessa faixas será através do SISREG e Autorização AC;

**Paragrafo Primeiro**: as primeiras faixas a serem emitidas são para a Meta – Faixa PPI;

**Paragrafo Segundo**: executada a Meta da PPI, a segunda faixa a ser emitida corresponde a Meta definida na Deliberação CIB nº 016/23 – Faixa de Campanha Federal;

**Paragrafo Terceiro**: a terceira faixa a ser emitida será após cumprimento da Meta PPI e Meta Federal, corresponderá a faixa de Campanha Estadual;

**Art. 26º** - O procedimento 03.03.05.023-3 - Tratamento medicamentoso de Doença da Retina deverá ser processado por meio de APAC com financiamento federal pelo FAEC com incremento estadual no valor descrito no Anexo I;

**Art.27º** - Os procedimentos 0405050364 - Tratamento cirúrgico pterígio, 0309070015-Tratamento esclerosante de membros inferiores (unilateral) e 0309070023 - Tratamento esclerosante de membros inferiores (bilateral) deverão ser faturados por BPA Individual, para identificação da procedência do paciente;

**Art. 28º** - Os procedimentos oftalmológicos, passíveis de faturamento por AIH, poderão ser excepcionalmente autorizados para pacientes com indicação clínica comprovada e encaminhada ao médico regulador das cirurgias eletivas;

**Art. 29º** - As cotas de AIH e APAC não serão programadas per capita. O objetivo é que as cotas estejam livres no Sistema SISREG e Sistema de Controle AC para que cada município possa solicitar conforme a sua necessidade na região;

**Art.30º** - Munidas do Termo de Adesão a Campanha de cada prestador, as Centrais de Regulação de Internações Hospitalares – CERIH deverão observar as Metas e emitir a respectiva faixa destinada a cada programação pactuada no Termo;

**Art. 31º** - cada gestor é responsável pela manutenção dos Sistemas de faturamento de produção SIA/SUS e SIH/SUS, a informação dessa produção de forma adequada e respeitando os prazos reflete diretamente nos Encontros de Contas para ressarcimento da produção;

**Art. 32º**- O acesso dos pacientes deverá ser realizado via regulação para que se respeitem as filas de espera. Caberá ao município de residência, CIR, Regional de Saúde, áreas técnicas da SES e COSEMS fazer este acompanhamento para garantia do acesso a todos os munícipes do Estado;

# 3 – DO ENCONTRO DE CONTAS

**Art. 33º** - Para participar do Encontro de Contas da Campanha Estadual de redução de Filas é necessário os seguintes condicionantes:

**Parágrafo Primeiro –** O critério principal é estar contemplado na Deliberação CIB nº 016/2023 e estar pactuado em Termo de Adesão a Campanha Estadual;

**Parágrafo Segundo –** Se por ventura houver faturamento de faixa estadual, mas não haver um Termo de Adesão que justifique a participação na Campanha, esta condição não habilita o prestador ao recebimento dos valores proposto por esta Campanha;

**Parágrafo Terceiro –** Se o prestador tiver aderido a Campanha através de Termo de Adesão, e se a produção definida no Paragrafo Primeiro do Art.34º for menor que a Meta do Art.15º, mesmo que tenha faturado com Faixa Estadual de Campanha não receberá os valores propostos por esta Campanha;

**Parágrafo Quarto –** Se o prestador estiver contemplado na Deliberação CIB nº 016/23 e não cumprir a Meta definida na própria Deliberação, não receberá a diferença de prêmio quando o valor SIGTAP do do procedimento faturado for menor que o prêmio da Campabha estadual e também não receberá o pacote ambulatorial;

**Art. 34º** - Os levantamentos de produção via TABWIN para avaliação do Encontro de Contas deve seguir os seguintes critérios:

**Parágrafo Primeiro –** Será extraída a produção por município de atendimento/prestador para os procedimentos definidos na Campanha (Anexo I), utilizando o tipo de Financimento MAC e carater de atendimento Eletivo. Esse levantamento define a produção geral que depois será comparada com a Meta do Art.15º e avaliar se o prestador estará apto ou não a receber os incentivos desta Deliberação;

**Parágrafo Segundo –** Será extraída a produção por município de atendimento/prestador para os procedimentos definidos na Deliberação CIB nº 016/23, utilizando o Subtipo de Financiamento FAEC – Componente Único Campanha e carater de atendimento Eletivo. Se esse levantamento for igual ou maior que a Meta dessa mesma Deliberação nº 016/23, será pago físico fatutado de cada procedimento multiplicado ao valor do pacote ambulatorial e se o valor do prêmio da Campanha estadual for maior que o valor do procedimento SIGTAP, multiplica-se o físico faturado desse procedimento a diferença desses valores. A diferença do valor do prêmio e pacote ambulatorial será repassado pela SES através de pagamento administrativo, a produção e prêmio já estará contemplado no repasse feito antecipadamente de 1/3 conforme definido na Portaria nº 090/23 correspondente ao valor programado na Deliberação CIB nº 016/23. Esse Parágrafo consolida o repasse faturado com faixa federal de campanha;

**Parágrafo Terceiro –** Se o prestador apresentar produção conforme os critérios do Parágrafo Segundo e não estiver contemplado na Deliberação CIB nº 016/2023, terá o ressarcimento da produção pelos mesmos critérios do Parágrafo segundo;

**Parágrafo Quarto –** Será extraída a produção estadual através dos critérios do Parágrafo Primeiro e as faixas processadas da campanha estadual. Cumprindo-se a Meta, a produção financeira para esses procedimentos e faixas serão pagos no Encontro de Contas, mais o físico fatutado de cada procedimento multiplicado pelo valor do prêmio e valor do pacote ambulatorial. Esse Parágrafo consolida o repasse faturado com faixa estadual de campanha;

**Parágrafo Quinto –** O Parágrafo Primeiro com resultado de cumprimento da Meta atrelado a partcipação na Campanha conforme definido no Parágrafo Primeiro do Art.33º, permite o recebimento de prêmio e pacote ambulatorial aos procedimentos faturados com faixa de PPI, portanto o resultado da soma do físico faturado por procedimento das faixas de campanha federal e estadual que tiveram condição favorável para custeio da Campanha, subtraída da produção física por procedimento do Parágrafo Primeiro, resulta na cota física que multiplicada pelo valor do prêmio e valor do pacote ambulatorial de cada procedimento, consolida o repasse faturado com faixa PPI para quem aderiu a campanha estadual;

**Art. 35º** - O custeio do procedimento 03.03.05.023-3 – Tratamento Medicamentoso de Doença da Retina inclui o fornecimento do medicamento (aflibercepte e/ou ranibizumabe) e a aplicação dos medicamentos aflibercepte 40mg/ml e ranibizumabe 10mg/ml para o tratamento de Edema Macular Diabético associado à Retinopatia Diabética e Degeneração Macular relacionada à idade (forma neovascular), em pacientes acima de 60 anos do mesmo, bem como, a garantia do diagnóstico, do acompanhamento e do monitoramento dos pacientes, incluindo todos os exames e procedimentos necessários e preconizados nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde de Retinopatia Diabética e Degeneração Macular Relacionada à idade (forma neovascular).

**Rever......**

**Art. 36º** - Mensalmente a execução da Deliberação CIB nº 016/2023 será avaliada e caso haja a necessidade de alteração da programação se retifica a Deliberação e a programação préviamente definida;

**Art. 37º** - Os procedimentos hospitalares e mabulatoriais integrantes desta Polítcia Estadual, assim como os prêmios e pacote ambulatorial serão ressarcidos pelos recursos desta deliberação, por meio dos Encontros de Contas e pagamento administrativo pela SES aos respectivos Fundos Municipais de Saúde;

**Art.38º** - As cirurgias oftalmológicas integrantes desta Política Estadual, serão financiadas com o Teto da Programação Pactuada e Integrada da Assistência Ambulatorial – PPI do Grupo 04.05, programado nos Termos de Compromisso do MAXPPI. O recurso desta Deliberação ressarcirá a produção, prêmio e pacote ambulatorial dessas cirurgias que excederem a Meta que será o Teto da PPI e prêmio e pacote ambulatorial para a Meta atingida através dos Encontros de Contas;

**Art. 39º -** Fica revogada a Deliberação nº008/CIB/2020, ficando os critérios e procedimentos a serem aplicados quando houver revisão ou avaliação envolvendo cada período onde houve retificação dessa deliberação em questão.

**Anexo procedimentos colocar todos os procedimentos valor profissional e unidade**

**Anexo da programação proposta ou Termo de adesão com a Meta, Produção, Cota CIB nº 16/23 e Termo Adesão para o regulador**